

# Revista de Estudos Eleitorais

Recife | Volume 2, Número 3, jul. 2018.

ISSN 2594-3677



# INTEGRIDADE ELEITORAL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>

Danielle Freire<sup>2</sup>

Marina Laporte Cotias<sup>3</sup>

Pablo Vinícius D'oliveira Menezes<sup>4</sup>

---

1 Artigo recebido em 17/07/2018 e aprovado para publicação em 19/07/2018

2 Analista Judiciária do TRE-BA. Especialista em Direito Eleitoral pelo Instituto a Vez do Mestre. Graduada em Administração de Empresas pela FOCCA.

3 Graduada em Ciência Política pela UFPE.

4 Membro do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Graduado em Ciências Atuariais pela UFPE. Graduado em Gestão da Informação pela UFPE.

## INTEGRIDADE ELEITORAL E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Danielle Freire  
Marina Laporte Cotias  
Pablo Vinícius D'oliveira Menezes

### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de fazer uma análise comparada das eleições entre os países da América Latina, desde o período da redemocratização desses países e observar qual o impacto desse processo na qualidade da democracia nesses países. As redemocratizações dos países Latino-Americanos trouxeram várias discussões no âmbito da ciência política, observando como cada um desses países, após a maioria desses países tendo passado por processos de ditaduras e repressão das liberdades civis e políticas, apresentaram sua trajetória eleitoral de forma limpa e justa ou de forma fraudulenta. Através da análise de dados e relatórios internacionais foi possível observar a trajetória desses países em suas eleições após a redemocratização e como o processo eleitoral e todo o seu ciclo é essencial para garantir maior legitimidade e melhores resultados para as democracias na América Latina.

**Palavras-chave:** América Latina. Democracia. Integridade Eleitoral.

### 1 INTRODUÇÃO

Os países da América latina apresentam fatores históricos e sociais semelhantes. O processo de redemocratização desses países trouxe uma importante discussão sobre como a qualidade das eleições pode garantir um melhor desempenho do processo democrático (LINZ E STEPAN, 1996). O processo de Integridade Eleitoral, em geral, garante eleições livres e justas nos países. Segundo Pippa Norris (2012), a Integridade Eleitoral reflete princípios, valores e padrões de eleições democráticas que se aplicam universalmente a todos os países e que deve ser encontrado em todas as fases do ciclo eleitoral, incluindo o período pré-eleitoral, a campanha e pós-eleitoral.

Quando as eleições falham também é necessário analisar as más práticas eleitorais, quando os candidatos são impedidos de se candidatar, compra de votos, restrição da mídia, violência por parte do governo, a mídia favorece o governo de posição, conta de votos inválidos. Todo esse processo ajuda a identificar fraudes em geral no processo eleitoral, sendo necessário analisar todo o processo que vai do período que antecede a eleição ao pós-eleitoral, sendo não só analisado em democracias plenas, mas como também democracias autoritárias.

Em suma para definir a agenda para o processo de Integridade Eleitoral, é necessário analisar a qualidade das eleições e democracia do país, em seguida a percepção pública da integridade eleitoral e as más práticas eleitorais, a legitimação política do processo, a participação através do voto, se houve manifestações e se foram pacíficas ou violentas e por último regime de concessões, repressão ou substituição. Todas essas fases do processo de Integridade Eleitoral são interdependentes, gerando assim um ciclo eleitoral no qual todos os fatores são importantes para analisar o processo de eleições e conseqüentemente a qualidade da democracia dos países (NORRIS, 2012). Além disso, a qualidade da Democracia também se baseia na análise das instituições que garantem a transparência e eficiência eleitoral. A autonomia das instituições que organizam as eleições é de extrema importância, pois garante que não haja controle por parte do governo e com isso não comprometa a qualidade das eleições.

A história dos países Latino Americanos antes da terceira onda de redemocratização, foram marcados por conflitos internos que comprometeram a qualidade da democracia desses países, grande parte deles foram palco de duras ditaduras militares que duraram em média três décadas, marcadas por. Parte desses países apresentou um período mais curto ditatorial, como a Venezuela, Equador e Nicarágua e outras marcadas por um longo período de duras repressões, como El Salvador, Paraguai e Chile. Além disso, outros conflitos também foram relevantes para observar o desenvolvimento dessas democracias, como por exemplo o México e a Colômbia que marcaram grandes conflitos entre facções e apesar de ambas apresentarem ditaduras, na

Colômbia teve apenas quatro anos e o México apenas no século XIX e no começo do Século XX, divergindo da semelhança entre os outros países Latino Americanos.

Os países da América Latina, apresentam em geral uma democracia ainda muito jovem em relação aos outros países democráticos no mundo. Ao longo do tempo, alguns desses países apresentaram melhoras significativas na estruturação do processo de eleitoral, porém ainda foi possível observar falhas eleitorais nestes países ao longo do processo de redemocratização. Em geral, após a terceira onda de redemocratização, esses países tiveram melhoras significativas na Integridade Eleitoral e na Qualidade da Democracia, o que mostra a importância das eleições para garantir melhores resultados para a democracia de um país.

## 2 METODOLOGIA

Esse artigo utiliza o PEI 2016 (Perception of Electoral Integrity) e o V-dem (Varieties of Democracy) como ponto de partida. O primeiro analisa o processo de Integridade Eleitoral, que analisa a qualidade da das eleições, que em suma são descritas como livres e justas e não fraudulentas. No segundo Índice, foram utilizadas a variável Elections Free and Fair, que análise se houve fraudes e irregularidades nas eleições. Por fim, foi feita uma revisão dos relatórios do Freedom House<sup>1</sup>, de 1998 a 2015, com o objetivo de analisar o processo histórico de democratização dos países da América Latina.

Os países da América Latina, analisados neste trabalho, foram selecionados a partir da disponibilidade de dados dos dois índices, são eles: Argentina; Chile, Uruguai, Brasil, Costa Rica, Guatemala, Venezuela, República Dominicana, Bolívia, El Salvador, Equador, Peru, Honduras, Colômbia, México e Panamá.

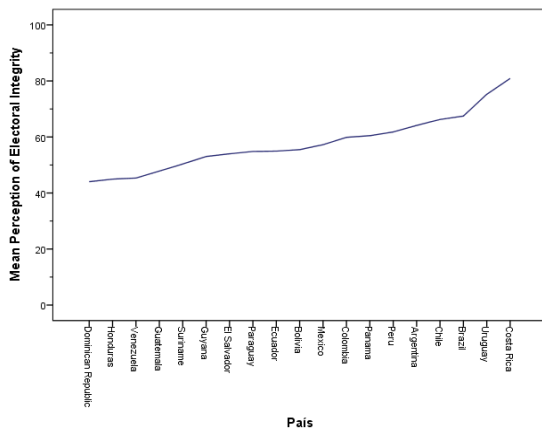
## 3 RESULTADOS

Tomando como base o ciclo do processo de Integridade Eleitoral através da observação dos relatórios internacionais foi possível apresentar uma análise das eleições nos países da América Latina e qual o comportamento de cada país desde o processo de redemocratização. No final do século XX, os países Latino-Americanos puderam se redemocratizar causando assim um salto na qualidade da democracia de cada um desses, porém, ainda que muitos deles encontrem melhores resultados e estabilidade democrática, outra parte conta com um cenário de instabilidade econômica e restrição e fragilidade no processo eleitoral, apresentaram piores resultados na qualidade da democracia.

A análise do PEI de cada país da América Latina, mostra em ordem crescente os resultados desses países em 2015. Em suma, a maioria dos países analisados apresentam bons índices de Integridade Eleitoral. A Costa Rica, por exemplo, é o 5º país com o maior índice no ranking geral (80,88), com valores semelhantes a países com democracias mais antigas e consolidadas, como a Noruega e Alemanha, por exemplo. Países também como o Uruguai, que é o 15º do ranking geral, com o índice de 75,25, Brasil com 67,46, Chile com 66,24 e Argentina com 64,12, são países que apresentam bons índices, ou seja, em geral as eleições são livres e justas e sem fraudes significativas. Já a Venezuela, a Guatemala e a República Dominicana, que o 119º no ranking geral, apresentam os piores índices de percepção de integridade, respectivamente, 45,34, 39,28 e 44,04. O resto dos países, apesar de não apresentarem índices comprados ao anteriores, ainda assim apresentam alguns problemas no sistema eleitoral, porém esses países vêm apresentando melhoras significativas nos últimos anos, segundo os relatórios do Freedom House.

1 No Freedom House um país ou território recebe 0 a 4 pontos para cada um dos 10 indicadores de direitos políticos e 15 indicadores de liberdades civis, que tomam a forma de perguntas; uma pontuação de 0 representa o menor grau de liberdade e 4 o maior grau de liberdade. <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2016/methodology>>

Gráfico 1- Percepção de integridade eleitoral

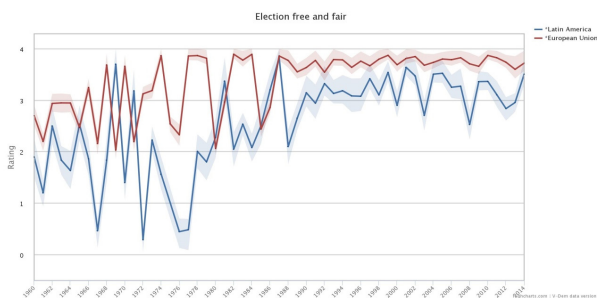


Fonte: Os Autores

Nota: elaboração dos autores a partir dos dados do PEI (Perception of Electoral Integrity). A variável vai de 0 a 100, sendo 0 o índice de pior de integridade eleitoral e 100 o melhor índice.

Analisando o índice do V-dem através da variável: Eleições Livres e Justas, é possível ter uma melhor perspectiva sobre a qualidade das eleições de cada país da América Latina.

Gráfico 2 - Eleições livres e justas



Fonte: Os Autores

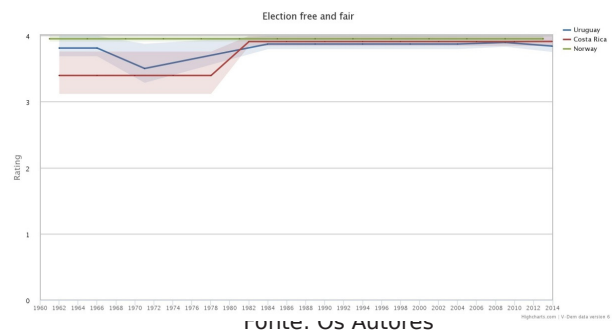
Nota: V-Dem (Varieties of Democracy) A variável vai de 0 a 4, sendo 0 as eleições menos livres e 4 as mais livres.  
Fontes: <https://www.vdem.net/en/analysis/VariableGraph/>

Analisando os dados da América Latina em geral em comparação aos países da União Europeia é possível observar que o primeiro apresenta uma menor variação e maior estabilidade nos resultados, já a América Latina apresenta uma maior variação, porém é possível observar que a diferença entre os dois grupos diminuiu ao longo do tempo com a redemocratização desses países.

Os Resultados mostram que no final dos anos 80 a América Latina apresentava um índice de -0,20 e a União Europeia de 2.17, mostrando uma diferença significativa entre os dois, porém em 2013 essa diferença se tornou menos acentuada, no qual o primeiro apresentava o valor de 1.21 e o segundo de 1.71.

Fazendo uma análise comparativa dos países da América Latina, organizado em grupos em ordem crescente de acordo com o gráfico 1, foi possível observar o trajeto de cada país na análise da qualidade das eleições e além disso os resultados do V-dem se mostram semelhantes ao do PEI.

Gráfico 3 Eleições livres e justas



Nota: V-Dem (Varieties of Democracy) A variável vai de 0 a 4, sendo 0 as eleições menos livres e 4 as mais livres.  
Fontes: <https://www.vdem.net/en/analysis/VariableGraph/>

A Costa Rica e o Uruguai são tidas como as democracias mais estáveis da América Latina, analisando o gráfico 3 é possível observar que esses, assim como os outros países, apresentaram um crescimento elevado, em geral, no final do século XX, que marca justamente o período de redemocratização. Além disso, observa-se no gráfico que logo após esse período, a Costa Rica (3,92) e o Uruguai (3,84), apresentaram bons índices em Eleições Livres e Justas, comparando-se a Noruega (3,96), uma democracia há mais tempo consolidada e estável. Mas o que teria levado esses países a apresentarem elevados índices na qualidade do processo eleitoral?

A Costa Rica é a mais antiga democracia da América Latina, apresenta uma lei de liberdade de imprensa desde 1835, no qual a mídia de televisão e rádio são geralmente

livres da intervenção do Estado. Em 2005 o Freedom House, classificou a Costa Rica como um país livre com a máxima pontuação. Porém em dezembro de 2005, foram abertas investigações de doações estrangeiras para a campanha presidencial do ex-presidente Abel Pacheco em 2002. As eleições até 2014 foram marcadas em geral por serem livres e justas, segundo os relatórios internacionais, mas o nível de insatisfação como estado de crescente corrupção no país trouxe a vitória presidencial da oposição. Já o Uruguai em 2004 quebrou 170 anos de hegemonia política de dois partidos tradicionais, para alinhasse ao partido de esquerda do país e a partir disso o país apresentou um significativo crescimento econômico e estabilidade política, sendo marcado por apresentar eleições sem fraudes. Assim é possível observar que esses países ainda que apresentem algumas falhas no processo eleitoral, essas não são significativas e não se afirmam como não livres e justas. Além disso, o gráfico mostra estabilidade e pouca variação dos resultados, o que mostra que esses países mantiveram um bom índice de qualidade das eleições.

No final da década de 70, o Brasil apresentou um elevado crescimento no índice na qualidade das eleições, subindo de 1.66 para 3.76 e partir da década de 90 apresentou bons resultados com eleições livres e justas. Ainda que o país apresente bons resultados, uma série de escândalos de corrupção de 2004 a 2010 alegaram compra de votos e abuso do poder legislativo.

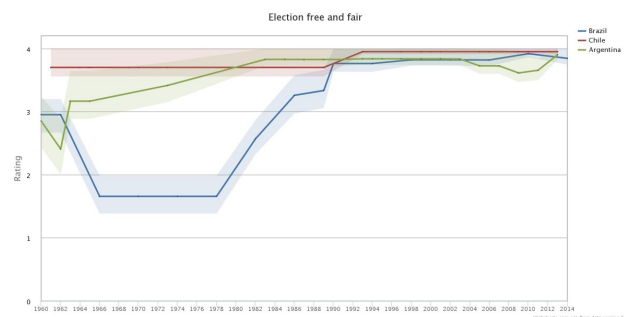
Nas últimas eleições de 2014, o Brasil apresentou um índice de 3.85. A Argentina em geral apresentou também certa estabilidade marcada por eleições livres e justas, porém é possível observar no gráfico uma queda a partir de 2005 com alegações por parte da oposição ao governo Kirchner de fraude eleitoral e repressão aos movimentos de oposição. Nas eleições de 2010 a oposição volta a acusar o governo Kirchner de fraudar as eleições.

Em outubro de 2005 uma nova lei continha disposições que limitavam a mídia e a liberdade de expressão, que era garantida por lei e em junho de 2008 o Supremo Tribunal Federal decidiu o direito da imprensa de criticar funcionários do governo. Em 2012 foram aprovados leis e regulamentos que

regem a realização de eleições e na promoção do comportamento ético dos representantes eleitos, aumentando sua pontuação no Freedom house de 2 para 1. Além disso, houve melhorias no tratamento dos meios de comunicação e atenção as medidas de corrupção. Como observado no gráfico, a Argentina apresentou sempre uma estabilidade eleitoral, em 2001 apresentou uma pontuação de 3.84 e nas últimas eleições de 2015 subiu para 3.90.

No Chile, as eleições de 1999 e 2000 foram consideradas livres e justas e importantes pois houve uma grande diminuição da polarização política que havia no país, mostrando que a transição democrática do país continuava incompleta com exigências de reformas constitucionais. As próximas eleições apresentaram bons resultados. No final dos anos 80 o Chile apresentava uma pontuação de 3.70 e 3.95 nas eleições de 2013.

Gráfico 4 - Eleições livres e justas



Fonte: Os Autores

Nota: V-Dem (Varieties of Democracy) A variável vai de 0 a 4, sendo 0 as eleições menos livres e 4 as mais livres.

Fontes: <https://www.vdem.net/en/analysis/VariableGraph/>

Em 2000, com a derrubada do ditador Fujimori e a instalação de um governo de oposição, o Peru apresentou melhorias significativas para a qualidade da democracia. As eleições de 2001 foram classificadas como livres e justas junto a melhoria dos direitos humanos e da liberdade de imprensa, que no governo de Fujimori apresentou um dos piores registros de restrição à liberdade de imprensa. Os resultados do V-dem mostram que o índice subiu de 1.76 para 3.75. As eleições de 2006 tiveram bom desempenho eleitoral no geral, porém de acordo com observadores internacionais, foram encontrados problemas de logística na distribuição de informações na

zona rural, como a privação de direitos dos cerca de um milhão de peruanos que faltam identificação de documentos de identificação oficial. Nas eleições de 2011 os problemas administrativos continuaram com falta de aplicação de normas de financiamento de campanha e pressão sobre os meios de comunicação.

O Panamá após a assinatura dos tratados de 1977 com os Estados Unidos prometia a redemocratização e a constituição de 1972 previa eleições diretas para o executivo e o legislativo. Porém apenas nas eleições de 1990 o Panamá deu um salto nos resultados da análise do V-dem de 0.17 para 3.84. Nas eleições de maio de 2000 5 dos 12 partidos políticos que tinham participado da disputa eleitoral, foram dissolvidos por não terem depois de não atingirem o mínimo de cinco por cento exigidos pela lei eleitoral. Em 2010, o governo do Panamá aprovou restrições sobre a liberdade de reunião e associação o que provocou uma série de protestos. Nas eleições de 2014 as eleições foram consideradas livres e justas por observadores internacionais, porém a Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Instituto Republicano Internacional (IRI) criticou a interferência do poder executivo no processo eleitoral, incluindo o uso indevido de recursos públicos.

Em 1999 o México teve uma “inclinação para cima”, pois depois de 71 anos de dominação do PRI um partido de oposição vence as eleições e com isso as eleições de 1999 obtiveram melhor qualidade, com resultados que cresceram de 2.11 para 2.91.

Ainda que as eleições de 2001 e 2002 tenham sido, no geral, classificadas como livres e justas, a influência dos quartéis de drogas era notório, se tornaram cada vez mais latentes. O Instituto Federal Eleitoral do México (IFE), que supervisiona as eleições e impõe as leis aos partidos políticos, passou a ser visto como um modelo para outros países.

As eleições de 2006 foram consideradas livres e justas, porém a oposição criticou o uso de publicidade negativa por parte do governo e utilização de recursos administrativos.

A volta do PRI em 2010 trouxe um declínio para democracia mexicana, com irregularidades na campanha eleitoral e com alegações por parte da oposição de compra de

votos, as eleições municipais foram marcadas por abuso de recursos públicos para favorecer candidatos governamentais específicos. As queixas persistiram em 2012 por parte do abuso de poder do governo, com alegações de desvio de recursos públicos.

O Paraguai com o fim do golpe militar em 1988 é possível observar um crescimento do índice no gráfico 4, de 0.36 para 2.34. Em 2003 houve melhorias na política eleitoral e promessas de transparência governamental feitas pelo presidente Nicanor Duarte.

Em 2008 o Paraguai elevou seu índice com o aumento da capacidade da oposição de participar no processo político durante as eleições presidenciais. Porém nas eleições de 2013 foram alegadas fraudes do governo por compra de votos. Diferente dos outros países analisados nesse grupo o Paraguai apresentou pouca variação nos resultados. As eleições de 1998 foram marcadas por abuso de poder e tida como a campanha mais cara da história do país.

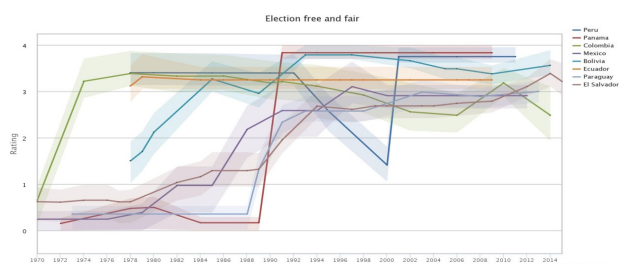
O Equador apesar de ser uma democracia eleitoral sofre de um sistema político instável, com oito presidentes eleitos nos últimos 11 anos, além de apresentar problemas técnicos como a de 2005 que atrasaram as eleições. Em 2009 a vigilância da União Europeia observou problemas na tabulação dos votos.

A Bolívia apresentou bons resultados no índice do V-dem passou em 1989 de 2.96 para 3.79 em 1993 e com isso apresentou estabilidade nas próximas eleições. Em 2002, as eleições foram tidas como livres e justas, porém observadores internacionais americanos alegaram influência dos cartéis de drogas colombianos e organizações de Ervo Morales. Nas eleições de 2014, houve problemas técnicos e com isso adição das eleições, a OEA recomendou o fortalecimento das instituições eleitorais do país.

Em 1989 o El Salvador com a redemocratização deu um salto no índice do V-dem, de 1.32 para 2.68 em 1993, porém o país ainda enfrenta problemas na qualidade eleitoral. Nas eleições de 2002, embora considere livres e justas, houve acusações de que o atual governo teria usado dinheiro público na campanha do candidato. Em 2014 acusações de fraudes por parte da oposição foram alegadas, além de acusar o Tribunal

## Eleitoral de ineficiência.

Gráfico 5 - Eleições livres e justas



Fonte: Os Autores

Nota: V-Dem (Varieties of Democracy) A variável vai de 0 a 4, sendo 0 as eleições menos livres e 4 as mais livres.

Fontes: <https://www.vdem.net/en/analysis/VariableGraph/>

A Guatemala ainda que com alguns problemas de má administração eleitoral e técnicos, apresentou após a redemocratização certa estabilidade eleitoral. O índice subiu de 0.27 para 2.85, porém é válido ressaltar que os relatórios sobre as eleições no país são bastante limitados. Além disso, a Guatemala ficou marcada por ser palco de protestos violentos, com grande repressão da mídia. Em 2003, segundo o Freedom House, a Guatemala passou de estado parcialmente livre para não livre, por causa do aumento de ameaças de violência e de intimidação enfrentado por jornalistas, porém em 2006 o governo descriminalizou os crimes de imprensa.

Com o fim da forte autonomia militar na política em 1998, Honduras apresentou melhoras na qualidade eleitoral. Em 2006 as eleições foram marcadas por vários episódios de violência aos grupos de oposição ao governo e problemas na contagem de votos, no entanto as eleições foram no geral tidas como livres e justas pela OEA. Em 2009 o presidente eleito Manuel Zelaya foi destituído pelos militares em um golpe de Estado e nesse mesmo ano o índice caiu de 3.53 para 2.63.

Nas eleições de 2013 foram alegadas fraudes, compra de votos, problemas com a lista de eleitores e casos de violência por parte, no qual quatro candidatos foram assassinados durante a disputa, porém houve o surgimento de novos partidos no país.

A República Dominicana apresentou um histórico de eleições fraudulentas, No gráfico 6

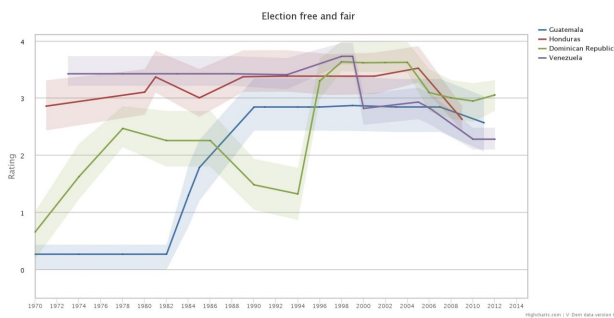
é possível perceber uma clara estabilidade da qualidade das eleições. Em 2000 as eleições foram marcadas por protestos violentos, porém com a eleição do presidente Leonel Fernandez Reyna houve uma melhora no clima eleitoral do país. Nas eleições de 2010 a OEA alegou várias fraudes eleitorais incluindo compra de votos. De 2006 para 2010 houve um decréscimo de 3.63 para 3.10 no índice do V-dem.

Os resultados mostraram que os índices da Venezuela vêm sofrendo decréscimos na análise da qualidade das eleições. Nas eleições de 2000 houve melhorias no clima político do país e das eleições em torno da votação realizada em julho. Mas logo em 2005 a avaliação dos direitos políticos do Freedom House, diminuiu de 3 para 4, devido ao aumento de intimidação de grupos de oposição.

O governo reforçou o controle sobre o conteúdo dos programas da mídia, que desde 2004 já vinha sofrendo intimidações por parte do governo. Numa tentativa de golpe em 2005 por Hugo Chavez, protestos em Caracas exigiam eleições antecipadas e nas eleições de 2006 foi facilmente reeleito, porém surgiram dúvidas sobre a conduta dos funcionários eleitorais. Logo após as eleições Chavez anunciou que todos os partidos pró-governo seriam fundidos e que licença da emissora de televisão RCTV, da oposição, não seria renovada.

Em 2012 as eleições estaduais foram dominadas pelos candidatos pró Chavez, dominando as eleições adquirindo 23 das 20 cadeiras no legislativo. Além disso, os tribunais eleitorais eram controlados pelo governo e nas eleições de 2012, mesmo com a alegação de fraudes, confirmou a vitória de Maduro nas eleições. A Venezuela que em 1999 apresentava um índice de 3.73 apresentou uma queda em 2005 para 2.93. Nas últimas eleições os resultados da Venezuela caíram para 2.28, sendo o país com o menor índice da América Latina.

Gráfico 6 - Eleições livres e justas



Fonte: Os Autores

Nota: V-Dem (Varieties of Democracy) A variável vai de 0 a 4, sendo 0 as eleições menos livres e 4 as mais livres.  
Fontes: <https://www.vdem.net/en/analysis/VariableGraph/>

#### 4 CONCLUSÃO

Os resultados mostram, numa perspectiva comparada, que mesmo com semelhanças históricas, os países da América Latina apresentaram resultados diversos e que as eleições livres e justas implicam em melhores resultados para a democracia. A importância do estudo das eleições se baseia no fato dela ser o ponto de partida para os melhores índices de democracia e analisar o impacto do processo eleitoral nessa se torna um fator fundamental para a agenda de pesquisa na ciência política.

#### REFERÊNCIAS

LINZ, J. J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. 2.ed. Trad. Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

NORRIS, Pippa. **Making Democratic Governance Work**: How Regimes Shape Prosperity, Welfare, and Peace by PippaNorris. New York: Cambridge University Press, 2012, xii + 281 p.

NORRIS, Pippa. **Why Elections Fail**. New York: Cambridge University Press, 2015.

NORRIS, Pippa. **Why Electoral Integrity Matters**. New York: Cambridge University Press, 2014.

SMITH, H. Peter. **Democracy in Latin America**: political change in comparative perspective. New York: Oxford University Press, 2005. 380p.

NORRIS, Pippa; FRANK, Richard W.; MARTÍNEZ I COMA, Ferran. **Advancing Electoral Integrity**. New York: Oxford University Press, 2014.